

A ABOLIÇÃO INCOMPLETA

Desde a Abolição, a paisagem — essa senhora paciente — vem tentando ensinar ao tempo aquilo que as leis, sozinhas, não deram conta: que decretos podem romper algemas, mas não desfazem, de um dia para o outro, os vínculos subterrâneos de um país com o seu passado. Há datas que cabem em duas linhas de calendário; há heranças que ocupam avenidas inteiras.

Penso nisso toda vez que leio os nomes das nossas ruas e vejo, entre jacarandás e fios de luz, a topografia da memória. *Ventre Livre*, *Eusébio de Queirós*, *Áurea*: títulos de lei transformados em placas esmaltadas. São tentativas civilizadas de domesticar um trauma. Ao lado, porém, estão as ferrovias do café — esqueleto cintilante da modernização, pivotando do litoral para o interior — e nelas, invisíveis, os passos de gente anônima que ajudou a erguer sobrados, estações e cidades. É curioso: os trilhos foram feitos para esquecer distâncias; acabaram servindo também para lembrar ausências.

Quando Joaquim Nabuco advertiu que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, não fazia apenas uma sentença moral; desenhava um método de leitura do cotidiano. A marca não sobreviveu como nostalgia, mas como hábito — e hábitos são formas discretas de eternidade. Persistem na fila de emprego, no bairro onde o ônibus para mais cheio, na insistência com que confundimos mérito com ponto de partida. Em *Memórias Póstumas*, Machado de Assis deu a Brás Cubas a frase mais elegante de uma recusa: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.” Talvez sejamos herdeiros involuntários de outros legados, menos confessáveis.

Mas a crônica brasileira tem o dom do desvio, e todo desvio é uma forma de esperança. Em um domingo recente, vi uma escola de samba ensaiando no meio da rua: meninas e meninos, tambores conversando com o asfalto, uma comissão de frente improvisada. O enredo narrava a travessia, o cais, os tumbeiros, a lama que vira ouro, e de repente — num recuo de bateria — a coreografia se tornava celebração de vidas que não se deixaram resumir à dor. Nenhum editorial explica melhor a dialética do nosso país do que um ensaio de carnaval num fim de tarde: memória e reinvenção, luto e riso, ferida e festa. O povo não apenas lembra; ele rearranja.

Há também um trabalho silencioso em curso — arquivos que se abrem, peles de cidade que se descascam. No Cais do Valongo, o chão fala. O porto, restaurado, devolve ao presente aquilo que o presente preferia manter como rumor. É

desconfortável, e ainda bem que seja. Monumentos dizem o que fomos; sítios de consciência dizem quem continuamos sendo. De cada pedra exumada, sai um verbo no presente.

No interior, por sua vez, os casarões do café projetam sombras compridas ao cair da tarde. Alguns viraram museus, outros pensões, outros ruínas pedagógicas. É possível percorrê-los como quem percorre um romance de formação: o salão de baile, o alpendre, o terreiro, a senzala — arquitetura como argumento. Quando a brisa move as cortinas altas, parece que uma página foi virada; o texto, contudo, permanece o mesmo, exigindo anotações à margem. A história não muda por decreto, mas por glossas insistentes.

Gosto de imaginar que, em 13 de maio de 1888, a tinta ainda fresca na assinatura de uma princesa inaugurou duas tarefas: a primeira, juridicamente simples, foi dizer “basta” ao cativo; a segunda, infinitamente mais complexa, foi descobrir o que fazer com a liberdade. A primeira cabia a um punhado de penas; a segunda, a um país inteiro. Desde então, temos colecionado tentativas: escolas, políticas públicas, livros didáticos melhores, quotas, museus, sambas-enredo, rodas de conversa, disputas de narrativa. Nem todas funcionam; nenhuma é dispensável.

Há, claro, quem proponha esquecer, como quem fecha a porta da sala quando a casa está em reforma. Mas esquecer é sempre escolher quem paga a conta da lembrança. A crônica, humilde, opta por um outro expediente: desfazer nós sem cortar o fio. Não para manter o laço com a injustiça, e sim para impedir que o fio se parta de novo no mesmo lugar.

Num país continental, onde a geografia às vezes serve de desculpa, é reconfortante descobrir que os melhores mapas ainda são feitos de histórias. O menino que aprende no colégio que *áurea* não é apenas uma palavra bonita; a jovem pesquisadora que passa o dedo por uma fotografia 3x4 e encontra ali a família que o arquivo nunca nomeou; o sambista que rabisca num guardanapo a rima certa para rimar *navio* com *desvio*. São cartógrafos de um Brasil que vai sendo, lentamente, outro.

E é por isso que, ao final do dia, quando alguém repete a frase “o maior país, o último a abolir” eu penso que a ordem das grandezas não é só espacial nem cronológica. A grandeza que nos interessa agora é a de transformar atraso histórico em avanço civilizatório, sem atalhos retóricos. Em 1888, rompemos correntes. Em 2025, temos o dever de aprender a não forjá-las de novo, com novas ligas e nomes respeitáveis.

No mais, a vida segue — e ainda bem. A criança pede mais tempo no parquinho; o entregador sorri sem fôlego; o sol se deita sobre os telhados como quem puxa um cobertor de cobre. O Brasil, esse gigante distraído e teimoso, guarda em si a

capacidade rara de rir sem esquecer. Talvez seja esse o nosso ofício daqui por diante: rir com memória, celebrar com pudor, crescer com consciência. Porque as duas linhas do calendário já foram escritas — e o resto depende da prosa que a gente tiver coragem de compor juntos.